



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE  
TELEVISÃO POR ASSINATURA

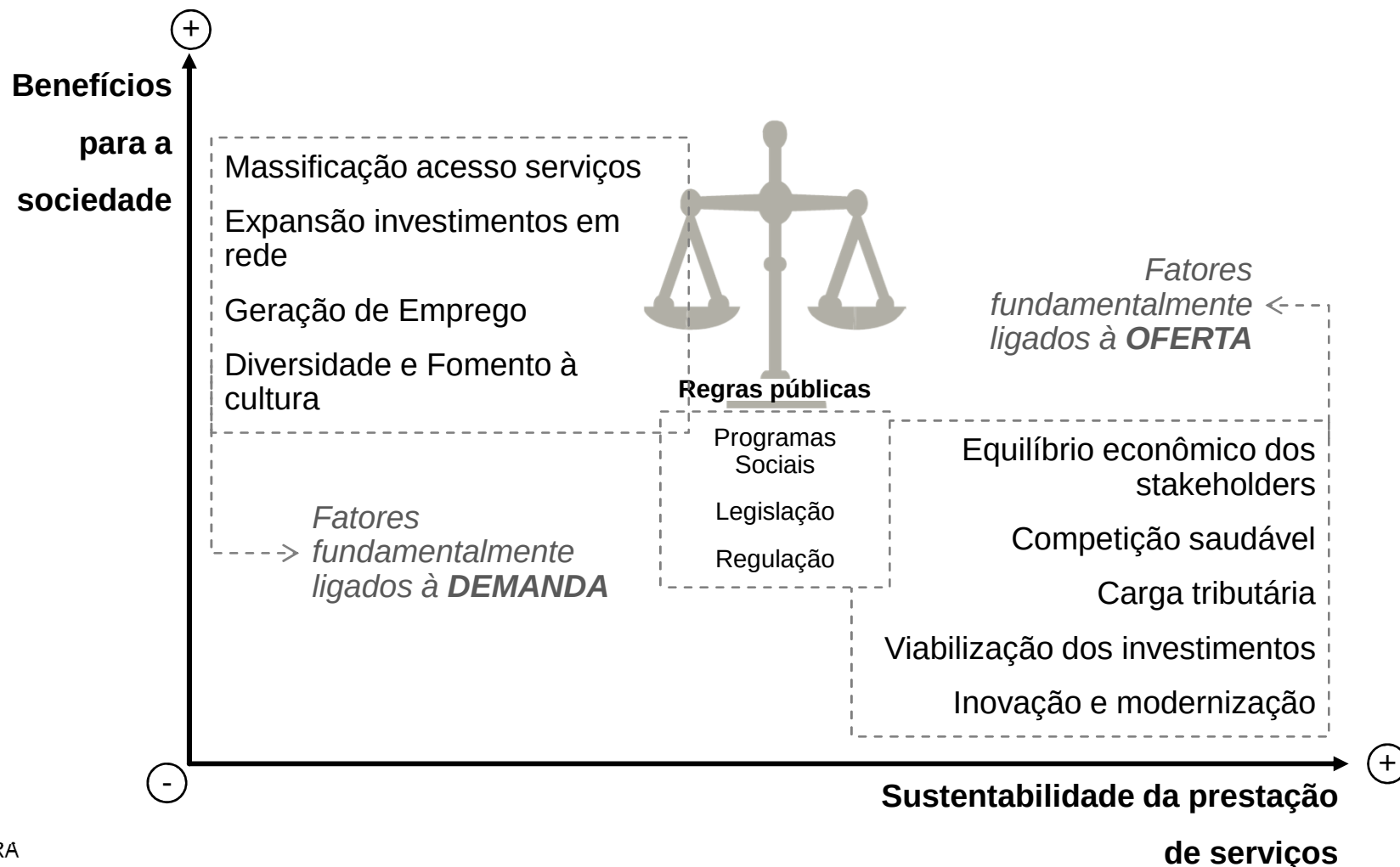
**Reunião Subcomissão Especial dos Serviços de  
Telefonia Móvel e TV por Assinatura e Comissão  
Especial sobre Telecomunicações  
Feira ABTA 2015  
04 de agosto de 2015**

# Agenda

- **Importância do legislador**
- **Desafios do setor**
- **Pauta Legislativa**

# Importância do legislador

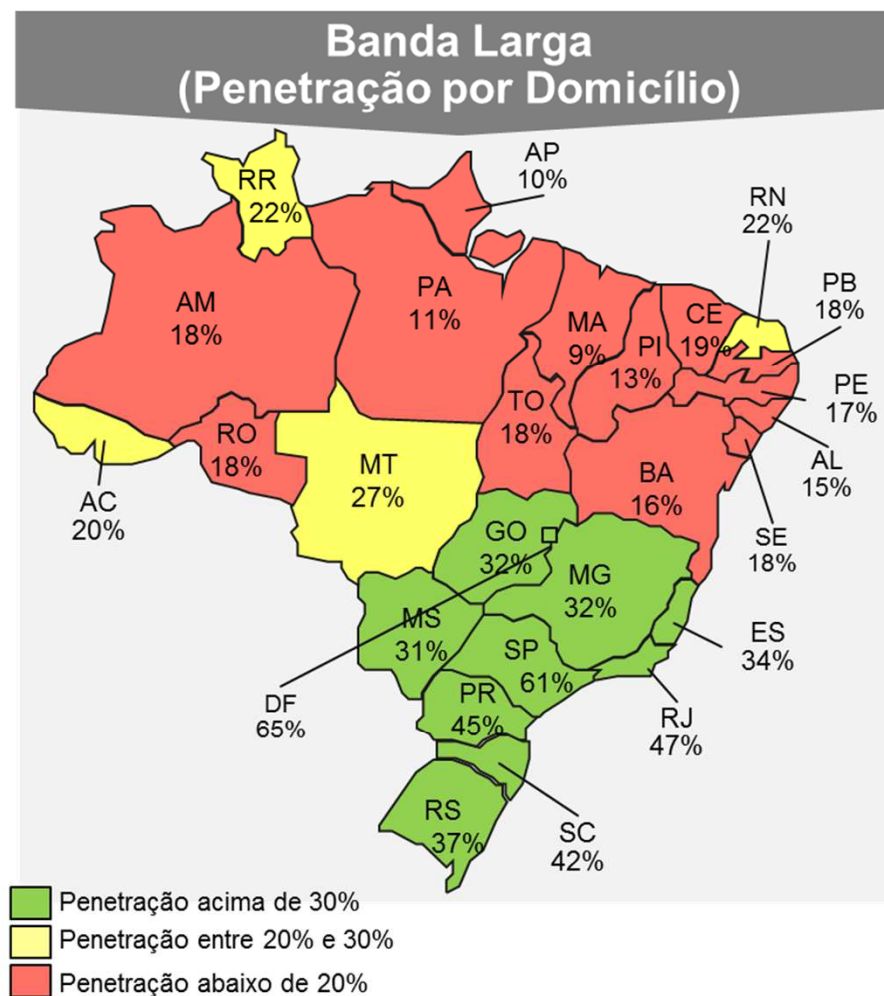
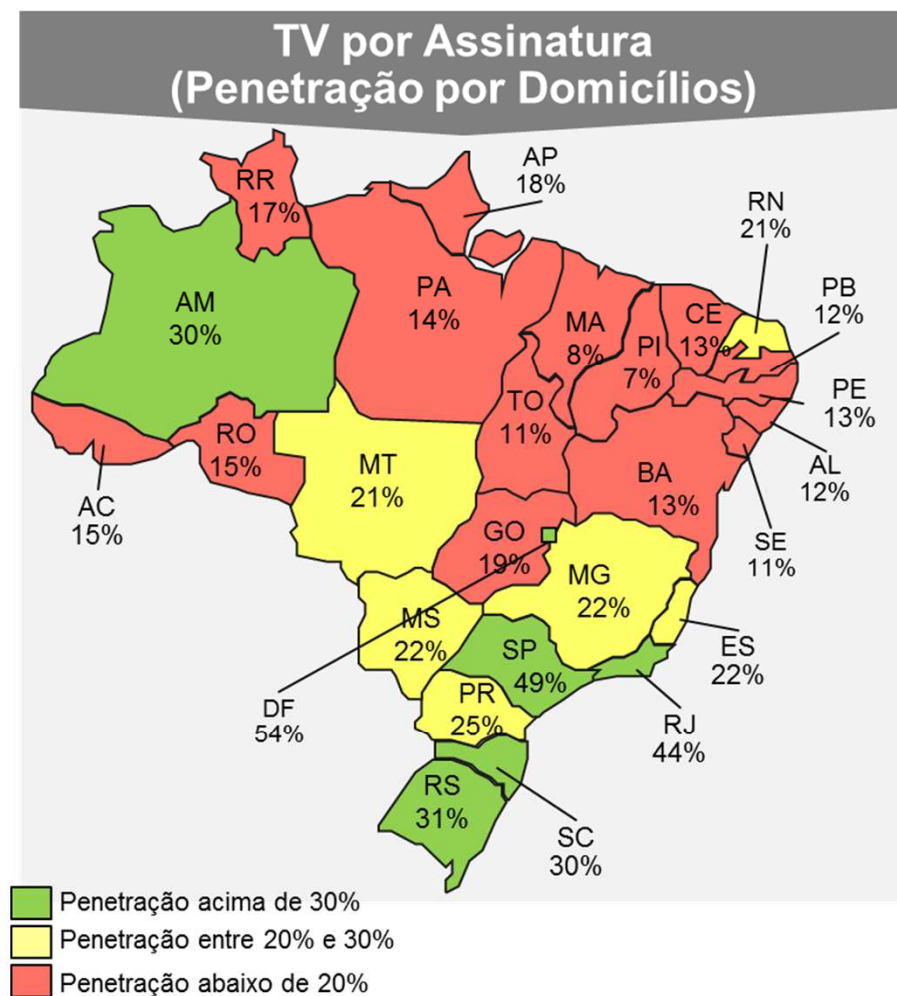
O papel do legislador é decisivo para o desenvolvimento sustentável do setor. O desenho das regras, sejam elas leis ou normas regulatórias, podem, independentemente das suas melhores intenções, criar mais prejuízos do que benefícios à sociedade. É sempre preciso avaliar com cuidado os efeitos que as propostas de regras podem acarretar ao desenvolvimento do setor.



Fonte: WAYRA

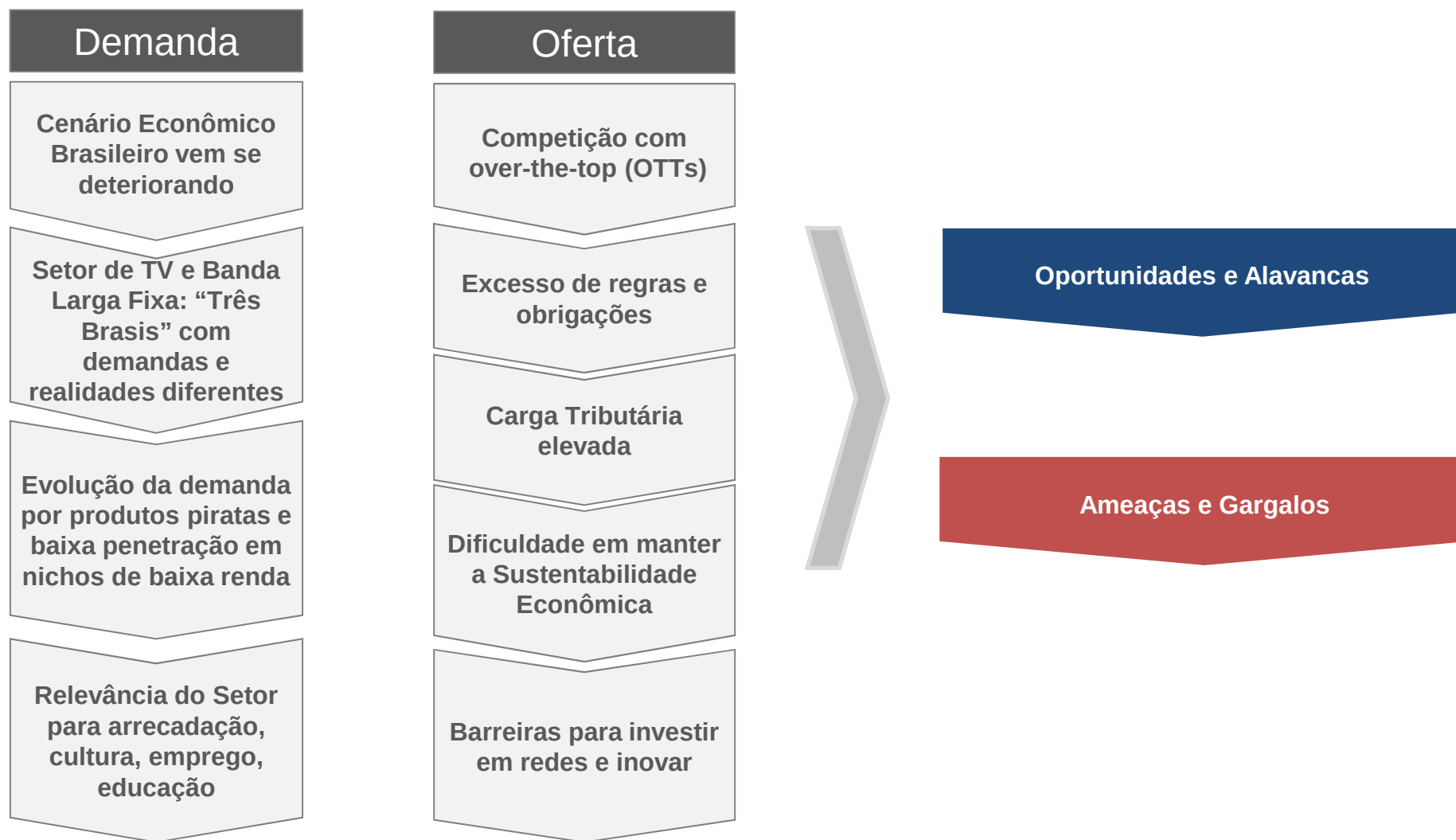
# Desafios do setor

Os desafios começam pela existência de “Três Brasis”: ao analisar a penetração de TV e Banda Larga em cada estado, observa-se que há uma grande lacuna de desenvolvimento: um mais desenvolvido e penetrado; um mercado em desenvolvimento e de penetração mais baixa, e um mercado subdesenvolvido, com baixa penetração dos serviços



# Desafios do setor

Mapeamento recente realizado junto às associadas ABTA reproduz leitura geral do setor acerca de seu momento atual. Abaixo estão resumidos os itens destacados por elas do ponto de vista da demanda (o que envolve aspectos sociais) e da oferta (operadores e programadores privados).



# Desafios do setor

## Oportunidades e Alavancas

- Uso de Fundos Setoriais e de programas sociais para incentivar demanda, especialmente em nichos de baixa renda
- Aumento significativo de penetração da Banda Larga Fixa e da TV por Assinatura permitiria maior acesso à cultura e educação, a mais brasileiros, e também maior geração de emprego e arrecadação
- Redução de impostos e obrigações legais/regulatórias estimulariam investimentos e dinamizariam a operação, gerando eficiências para a prestação do serviço, com impacto para consumidores
- Novas regras precisariam diferenciar as realidades dos “Três Brasis” (sem estrangular as áreas mais atrativas)

## Ameaças e Gargalos

- Piora recente do desempenho da economia brasileira está afetando o desenvolvimento do setor
- Oportunidade de expansão em áreas pouco densas e com baixo poder aquisitivo (risco maior ao investimento)
- Excesso de regras detalhistas gera complexidade operacional e burocratização
- Regras não se adequam às realidades dos três Brasis
- Tendência preocupante de aumento da carga tributária (ICMS, ISS, PIS, COFINS, FISTEL)
- Crescimento do fenômeno da pirataria no Brasil
- Tratamento simétrico às OTT

# Pauta Legislativa em andamento

## Exemplos PL's relevantes para desenvolvimento do setor

### **Análise Impacto Regulatório (AIR)**

- Reduz riscos de regras desvirtuadas de interesses sociais e do desenvolvimento do setor (Falhas Regulatórias)
- Aumenta a chance de a regra servir, de fato, ao alcance dos objetivos públicos a que se destina
- Produz segurança e previsibilidade jurídica para operadoras
- Gera credibilidade para Agências Reguladoras

### **Fundos Setoriais (FUST)**

- Estimula demanda por serviços de banda larga e TV por assinatura
- Reduz riscos aos investimentos
- Gera empregos no setor
- Promove massificação de serviços cada vez mais importantes para a sociedade

- **PL1539/2015** - Estabelece a obrigatoriedade de realização de Análise de Impacto Regulatório – AIR pelas Agências Reguladoras no âmbito da Administração Federal (estabelece diretrizes gerais para realização de Análise de Impacto Regulatório – AIR para a tomada de decisões regulatórias pelas Agências Reguladoras no âmbito da Administração Federal).

- **PL 685/2015** - Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para autorizar o uso dos recursos do Fust - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - para subsidiar o acesso individual de telefonia fixa, internet em banda larga e televisão por assinatura de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida.



# Pauta Legislativa em andamento

## Exemplos PL's relevantes para desenvolvimento do setor

### **Pirataria**

- Minimiza comportamentos oportunistas, ao prever sanções penais para agentes
  - Gera aumento de arrecadação tributária
  - Reduz riscos aos investimentos
  - Gera empregos no setor
- **PL 239/2007** - Altera os §§ 3º e 4º do art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o furto de energia e sinais (Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica, a água ou gás canalizados, o sinal de comunicação audiovisual de acesso condicionado, a internet ou item assemelhado que tenha valor econômico, sem a devida contraprestação financeira).
  - **PL 188/2015** - Incluir Sinais de TVs a Cabo ao § 3º do art. 155, do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).



BACK UP

# Pauta Legislativa em andamento

## Exemplos PL's pouco aderentes ao desenvolvimento do setor

### **Custos adicionais (i)**

- Cenário econômico desfavorável
- Já existência de fundos para essa finalidade de desenvolvimento da produção nacional de conteúdo
- Problema não é a falta de recursos
- Regra parece atender interesse privado específico

### **Custos adicionais (ii)**

- Eleva significativamente custo do set-top-box para o consumidor
- Não considera nichos de baixa renda
- Cenário econômico desfavorável
- Força empresas a reorganizarem sua operação

### **Intervenção desnecessária**

- Existem novas mídias gratuitas para campanha política (internet)
- Cenário econômico desfavorável
- TV por assinatura não é concessão (serviço público), como TV aberta
- Rentabilidade em queda

- **PL 7354/2014** - Cria o Fundo de Desenvolvimento da Mídia Independente, e dá outras providências (propiciar recursos destinados à instalação, à manutenção e à modernização de veículos de mídia independente - contribuição de 1% (um por cento) sobre a receita operacional bruta, excluídos os impostos, de prestadoras do serviço de acesso condicionado).

- **PL 2035/2015** - Modifica a lei nº 12.485, de 2011, que trata da comunicação audiovisual de acesso condicionado, para vedar o uso de aparelho decodificador exclusivo.

- **PL 3307/2000** (apensado ao PL 6289/2013) - Altera os arts. 47 e 57 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (estende a obrigatoriedade do horário destinado à propaganda eleitoral a todas as emissoras que operam os serviços de televisão por assinatura).